

Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: como avaliar as deficiências educacionais de jovens adultos no Brasil

► Mônica Reis Berliner *

► Ligia Gomes Elliot **

Resumo

O estudo teve por objetivo realizar a avaliação do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). O processo avaliativo para apuração do INAF é realizado desde 2001, pelo Instituto Paulo Montenegro, organização do IBOPE, em conjunto com a ONG Ação Educativa. A população brasileira classificada como alfabetizada, por sua auto-declaração nos censos oficiais, nem sempre está capacitada com habilidades de escrita, leitura e interpretação de textos e números para compreender o contexto socioeconômico no qual está inserida. O INAF classifica o alfabetismo funcional em quatro níveis: analfabeto, alfabetizado nível rudimentar, alfabetizado nível básico e alfabetizado nível pleno. O indicador, através de questionários e testes, que retratam situações enfrentadas no cotidiano, avalia as habilidades e competências para interpretar e solucionar problemas de letramento e numeramento em amostra da população das zonas rural e urbana, na faixa etária de 15 a 64 anos. A avaliação foi desenvolvida com base nas categorias e padrões estabelecidos pelo Joint Committee on Standards for Educational Evaluation e para embasar a modelagem do processo de pesquisa, foi utilizado o V epistemológico de Gowin, que proporciona uma análise meta-cognitiva da apuração do indicador de alfabetismo. O estudo concluiu que o INAF é indicador íntegro e fidedigno, capaz de retratar o Brasil alfabetizado funcionalmente e contribuir com análises estatísticas e evidências para nortear diretrizes para a política educacional de jovens e adultos. Recomenda-se buscar mais exposição dos resultados do indicador nos meios de comunicação, com o objetivo de criar mais impacto sobre o INAF e assim, gerar discussão e tomada de decisão na esfera educacional.

Palavras-chave: Alfabetismo funcional. Numeramento. Letramento.

* Mestre em Avaliação, Fundação Cesgranrio; Coordenadora do Curso de Marketing, Universidade Veiga de Almeida. *E-mail:* monica.reis@superig.com.br.

** PhD em Educação/Avaliação, UCLA; Coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação, Fundação Cesgranrio. *E-mail:* ligia@cesgranrio.org.br.

Brazilian Indicator of Functional Literacy: how to evaluate the educational deficiencies of young adults in Brazil

Abstract

This study had as objective to conduct the evaluation of the Brazilian Indicator of Functional Literacy (INAF). The evaluation process for verification of the INAF was developed in 2001, by Paulo Montenegro Institute, organization of IBOPE (Brazilian Institute of Public Opinion), together with the NGO Educative Action. The Brazilian population classified as literate, by self-declaration in the official census, is not always familiarized with the abilities of writing, reading and interpretation of texts and numbers to understand the economic and social context in which it is inserted. The INAF classifies the functional literacy in four levels: illiterate, rudimentary, basic, and fully literate. The Indicator, through questionnaires and tests, that portray every day problems, evaluates the abilities to interpret and to solve problems of literacy and numbering in a sample of the population of the agricultural and urban zones, between the ages of 15 and 64. The evaluation was developed based on the categories and standards established by the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation and to support the modeling of the research process, the heuristic V of Gowin was used, which provides us with a cognitive analysis of the verification of the literacy indicator. The study concluded that the INAF is a complete and trustworthy indicator, capable to portray Brazil's functional literacy and to contribute with statistical analyses and evidences to guide educational policies for adults and youngsters. The study recommends more exposure of INAF results in mass communication media, with the purpose of creating more impact on the INAF itself and generating debates for decision making in the educational area.

Keywords: Functional literacy. Numbering. Literacy.

Indicador Nacional de Alfabetización Funcional: como evaluar las deficiencias educacionales de jóvenes adultos en Brasil

Resumen

El objetivo de este estudio fue realizar la evaluación del Indicador Nacional de Alfabetización Funcional (INAF). El proceso evaluativo para la apuración del INAF lo realiza desde el año 2001 el Instituto Paulo Montenegro, organización del IBOPE, en conjunto con la ONG Acción Educativa. La población brasileña clasificada como

alfabetizada, por medio de su autodeclaración en los censos oficiales, no siempre está capacitada con habilidades de escritura, lectura e interpretación de textos y números para comprender el contexto socioeconómico en el cual se inserta. El INAF clasifica la alfabetización funcional en cuatro niveles: analfabetos, alfabetizados en nivel rudimental, alfabetizados en nivel básico y alfabetizados en nivel pleno. El indicador, a través de cuestionarios y testes, que presentan situaciones enfrentadas en la vida diaria, evalúa las habilidades y competencias para interpretar y resolver problemas de letramiento y numeramiento en una muestra de la población de las regiones rurales y urbanas, en la faja etaria de 15 a 64 años. La evaluación se desarrolló basada en las categorías y patrones o modelos establecidos por el Joint Committee on Standards for Educational Evaluation y para fundamentar el modelaje del proceso de investigación se utilizó la V epistemológica de Gowin, que proporciona un análisis metacognitivo del cálculo del indicador de alfabetización. El estudio concluyó que el INAF es un indicador íntegro y fidedigno, capaz de retratar el Brasil alfabetizado funcionalmente y contribuir con análisis estadísticos y evidencias que orienten las directrices para la política educativa de jóvenes y adultos. El estudio recomienda buscar una mayor exposición de los resultados del indicador en los medios de comunicación, con el objetivo de crear más impacto sobre el INAF y así, originar debates y toma de decisiones en el ámbito educacional.

Palabras clave: Alfabetización funcional. Numeramiento. Letramiento.

Introdução

O alfabetismo funcional é um tema que vem ganhando espaço no debate sobre a educação brasileira nas últimas décadas. O índice de analfabetos diminuiu ao longo dos últimos anos, mas o Brasil ainda ocupa o penúltimo lugar, entre os países da América do Sul, ganhando apenas da Bolívia, conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ARAGAKI, 2007).

A população classificada como alfabetizada nem sempre está capacitada com habilidades de escrita, leitura e interpretação de números e cálculos para compreender o contexto social no qual estão inseridos.

A falta de métricas específicas para a identificação dos níveis de alfabetismo funcional motivou o Instituto Paulo Montenegro a criar o INAF.

O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2006, 2009) apura há quase 10 anos, através de testes e questionários aplicados em domicílio, um indicador que revela, por amostragem, o percentual de brasileiros que por terem conhecimentos rasos de leitura, escrita e números, apresentam dificuldades de compreensão de textos, problemas de matemática e dificuldades com o raciocínio lógico.

Indicador do alfabetismo funcional na população brasileira

Para compreender as diferenças estabelecidas entre o analfabetismo e o alfabetismo funcional, deve-se abordar a conceituação dos termos adotados neste estudo. É considerado analfabeto o indivíduo que não tem habilidades de leitura e escrita, portanto não consegue interpretar textos e números em sua vida cotidiana. Já a definição de alfabetismo funcional passa por três níveis de classificação de conhecimentos de leitura, escrita e matemática. O alfabetizado funcional é capaz de identificar, compreender e operar atividades de letramento e numeramento, de acordo com seu grau de habilidade.

Classificação do alfabetismo

O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos, administrada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião (IBOPE), que se dedica a desenvolver e executar projetos educacionais, pois considera a educação como fator decisivo para a redução das disparidades sociais e por ser capaz de, mesmo que indiretamente, melhorar as condições de vida da maioria dos brasileiros. A questão não gira somente em torno de saber se as pessoas sabem ou não ler e escrever, mas também o que elas estão aptas ou não de fazer com essas habilidades. Entende-se que, além da preocupação com o analfabetismo, atualmente representado por 11% da população, emerge a preocupação com o alfabetismo funcional, ou seja, com a incapacidade de fazer uso pleno da leitura, da escrita e do cálculo e interpretação dos números nas diferentes oportunidades da vida social.

Para compreender as diferenças nos diversos níveis de alfabetismo, o Instituto Paulo Montenegro classificou o grau de alfabetização de acordo com algumas

competências de letramento e numeramento que podem ser visualizadas, a seguir, no Quadro 1.

Classificação	Letramento (Português)	Numeramento (Matemática)
Analfabeto	não consegue realizar tarefas simples que envolvem decodificação de palavras e frases.	não consegue realizar operações básicas com números como ler o preço de um produto ou anotar um número de telefone.
Rudimentar	corresponde à capacidade de localizar informações explícitas em textos muito curtos, cuja configuração auxilia o reconhecimento do conteúdo solicitado. Por exemplo, identificar o título de uma revista ou, em um anúncio, localizar a data em que se inicia uma campanha de vacinação ou a idade a partir da qual a vacina pode ser tomada.	corresponde à capacidade de ler números em contextos específicos como preço, horário, números de telefone, etc.
Básico	corresponde à capacidade de localizar informações em textos curtos (por exemplo, em uma carta reclamando de um defeito em uma geladeira comprada, identificar o defeito apresentado; localizar informações em textos de extensão média).	corresponde à capacidade de dominar completamente a leitura de números, resolver operações usuais envolvendo soma, subtração e até multiplicação, recorrendo facilmente à calculadora, mas não possuindo a capacidade de identificar a existência de relação de proporcionalidade.
Pleno	corresponde à capacidade de ler textos longos, orientando-se por subtítulos, localizando mais de uma informação, de acordo com condições estabelecidas, relacionando partes de um texto, comparando dois textos, realizando inferências e sínteses.	corresponde à capacidade de controlar uma estratégia na resolução de problemas mais complexos, com execuções de uma série de operações relacionadas entre si, apresentando familiaridades com mapas e gráficos, e não apresentando dificuldades em relação à matemática.

Quadro 1: Classificação dos níveis de alfabetismo elaborado pelo INAF.

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

O analfabetismo é uma condição que excluiu o cidadão da vida social, devido às limitações geradas que causam, a todo o momento, constrangimento e abalam a autoestima do analfabeto. Já o alfabetismo funcional atua como uma máscara para os índices oficiais da educação formal.

Na América Latina e no Brasil em especial, a questão do analfabetismo tem características específicas e complexas, porém não há disponibilidade de informações ou pesquisas para análise e avaliação. É necessário enfrentar ao mesmo tempo problemas novos e os antigos. Por um lado, é preciso elevar a qualificação da força de trabalho em todos os níveis, tendo em vista a participação nos setores de ponta da economia mundializada e o fortalecimento das instituições democráticas; por outro lado, tem-se ainda que enfrentar problemas graves relacionados ao subdesenvolvimento: grandes déficits de escolarização fundamental, níveis elevados de desigualdade e exclusão social.

A necessidade de contar com informações confiáveis para enfrentar esses desafios é que motivou a criação de um indicador que traduzisse o analfabetismo funcional no país, o INAF. Seu objetivo é gerar informações que ajudem a dimensionar e compreender o problema e fomentem o debate público sobre ele e orientem a formulação de políticas educacionais e propostas pedagógicas.

No caso do INAF, testes práticos são aplicados para aferir a capacidade de leitura e escrita em amostras representativas da população brasileira de 15 anos ou mais, porém não é possível identificar a idade ou período em que se deu o processo de alfabetização, ou seja, não se sabe o percentual de brasileiros que já estava alfabetizado ao completar oito anos.

O desempenho em 2009

Ao longo do período avaliado pelo Instituto Paulo Montenegro (2001-2009), o INAF vem se estabelecendo como indicador nacional de alfabetismo e evidenciando a evolução dos resultados nos segmentos classificados. Os números de 2009 revelam importantes avanços no alfabetismo funcional dos brasileiros entre 15 e 64 anos. Houve uma redução na proporção dos chamados "analfabetos absolutos" de 9% para 7%, entre 2007 e 2009, acompanhada por uma queda ainda mais expressiva, de seis pontos percentuais no nível rudimentar, o que amplia consideravelmente a proporção de brasileiros adultos classificados como funcionalmente alfabetizados. O nível básico

continua apresentando um contínuo crescimento, passando de 34% em 2001-2002 para 47% em 2009.

Os níveis de alfabetização apurados no INAF 2009 registram entrevistados que declaram ter cursado o ensino superior e foram classificados, através dos testes e entrevistas, como alfabetizados de nível rudimentar e básico.

O INAF avalia a amostra selecionada e a classifica, conforme os critérios adotados, para obter o índice de alfabetismo. A avaliação é um misto de autoavaliação, entrevista conduzida e testes que comprovam habilidades de numeramento e letramento. Portanto, trabalha-se com fidedignidade dos dados, ética na abordagem com o entrevistado, e um modelo de questionário e de testes adequado a cada nível de alfabetização.

Revisão metodológica do INAF

Após a aplicação de cerca de 10 mil testes, realizados ao longo de cinco anos de apuração do Indicador em diversas regiões do Brasil, nas áreas rural e urbana, o INAF reavaliou a metodologia e decidiu aperfeiçoá-la adotando a Teoria de Resposta ao Item.

Segundo o Instituto Paulo Montenegro, o nível de conhecimento deve ser mensurado por meio de escalas de proficiência desenvolvidas com base na Teoria da Resposta ao Item. Esta metodologia estatística foi adotada, pois descreve os parâmetros dos itens (tarefas de alfabetismo apresentadas aos entrevistados) quanto a seu nível de dificuldade e poder de discriminação, atribuindo, com base nesses valores, um escore de proficiência a cada pessoa de acordo com seu desempenho no teste.

A análise das tarefas que os entrevistados situados nos diferentes pontos da escala de proficiência acertam permite descrever estes níveis de proficiência de acordo com as habilidades de alfabetismo que os caracterizam.

A matriz de referência destaca que, entre os anos de 2001 e 2005, o INAF realizou levantamentos utilizando alternadamente um teste de habilidades de leitura e outro de matemática, construindo para cada um desses domínios uma escala específica.

Em 2006, houve um aprimoramento na metodologia e foram aplicados os dois testes para a mesma amostra. Sobre os resultados obtidos realizou-se uma análise fatorial que evidenciou a unidimensionalidade do teste, sugerindo que os domínios de leitura e habilidades matemáticas poderiam, do ponto de vista psicométrico, ser tratados como um único construto: o alfabetismo funcional.

Em 2007, pela primeira vez, aplicou-se a uma amostra nacional de brasileiros entre 15 e 64 anos um teste que continha itens de leitura e matemática, cujos resultados também confirmaram sua unidimensionalidade.

Procedimentos metodológicos

Abordagem

Para analisar o processo de avaliação dos entrevistados pelo IBOPE foram utilizados padrões de avaliação para validar as etapas de levantamento do INAF e verificar se ela cumpre a sua finalidade, isto é, se realiza todo o seu potencial.

Para se julgar a avaliação em sua abrangência e eficácia é coerente partir de uma lista de critérios considerados como padrão de melhores práticas para se obter uma boa avaliação.

No final da década de 70, segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), o Comitê Conjunto sobre Padrões para a Avaliação Educacional, originalmente Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, desenvolveu um conjunto de diretrizes para avaliações educacionais, contendo padrões de concordância geral sobre a qualidade da avaliação. O resultado deste trabalho do Joint Committee ficou estabelecido como sendo os Padrões de Avaliação para Programas, Projetos e Materiais Educacionais. O estudo trata de

uma linguagem comum para facilitar a comunicação e a colaboração num estudo avaliatório; um conjunto de regras gerais para lidar com um grande número de problemas específicos da avaliação; um quadro de referências conceitual com o qual estudar o mundo da avaliação, que costuma gerar confusão; um conjunto de definições operacionais para guiar a pesquisa e o desenvolvimento no processo de avaliação; uma declaração pública do que há de mais moderno no campo da avaliação educacional; uma base de auto-regulamentação e responsabilização dos avaliadores profissionais; e um apoio para o desenvolvimento da credibilidade do campo da avaliação educacional (JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 596).

As quatro categorias estabelecidas pelo Joint Committee: utilidade, viabilidade, precisão e propriedade fundamentam a discussão sobre a qualidade do estudo avaliativo. Com relação à categoria utilidade, os sete padrões buscam evidenciar se a avaliação servirá às necessidades de informações dos usuários identificados. A categoria

que analisa a viabilidade dispõe de três padrões que permitem verificar se o estudo avaliativo será realístico, prudente, diplomático e simples.

As categorias propriedade e precisão são contempladas com oito e 12 padrões respectivamente. Os padrões de propriedade buscam aferir os acordos legais e éticos do estudo, já os padrões de precisão visam assegurar o mérito e a qualidade técnica do trabalho desenvolvido.

Processo de pesquisa

Para embasar o processo avaliativo foi adotado o diagrama, conhecido como o V epistemológico de Gowin. Na concepção de Elliot (1996), o V é coerentemente sugerido para uso em simulação de ensino e avaliação. O V de Gowin é uma ferramenta capaz de esclarecer a complexidade do assunto abordado e simplificar o processo de construção do conhecimento.

Segundo Gowin e Alvarez (2005), o V é usado sempre que o objeto de estudo requer um juízo de valor, e para isso é necessário usar elementos epistemológicos. Trata-se de um exercício meta-cognitivo, onde se constrói o conhecimento sobre o conhecimento, através do domínio dos processos e das competências necessárias para a realização da avaliação e capacidade para analisar a execução da tarefa e fazer correções quando necessário.

O V epistemológico de Gowin (GOWIN; ALVAREZ, 2005) direciona a modelagem do processo de avaliação. Todos os elementos detalhados no V convergem e interagem com as questões-foco, a seguir:

- 1) Em que medida o instrumento utilizado pelo IBOPE para determinação do Indicador de Alfabetismo Funcional é adequado para avaliar se os entrevistados sabem ler e escrever?
- 2) Até que ponto o INAF abrange as principais capacidades/habilidades necessárias para determinar o alfabetismo funcional?

Estas perguntas devem ser analisadas e esclarecidas com base no desenvolvimento e interpretação do diagrama de Gowin (Figura 1), a seguir.

Questões-foco

As questões-foco analisadas no V são as mesmas formuladas para o processo avaliativo. Elas estão diretamente ligadas à ponta do V que aborda o evento: INAF. Trata-se de uma avaliação realizada em uma amostra representativa da população masculina e feminina, dos 15 aos 64 anos, das áreas rural e urbana, nas cinco regiões do país. A seleção do grupo para aplicação dos testes e entrevistas se baseia na escolha pelas pessoas que estão fora da escola e de qualquer outro processo de escolarização formal ou informal.

Os questionários são elaborados com questões que retratam atividades do cotidiano, do mundo do trabalho e da rotina da vida doméstica, aspectos e problemas que envolvem conhecimentos de português e matemática. Para complementar os testes, também são realizadas entrevistas, onde o respondente tem a oportunidade de autodeclarar suas habilidades, o que complementa o perfil do entrevistado.

O lado esquerdo do v

Filosofia

O primeiro item do lado esquerdo do V aborda a filosofia, o pensamento que referenciou a dedicação e a preocupação de pensadores contemporâneos com a educação de jovens e adultos e a sua conseqüente inclusão na sociedade.

A filosofia progressista trata a educação como uma forma de conscientização e reflexão sobre a realidade existencial, onde o diálogo é prioridade para o desenvolvimento do conhecimento. A educação com a função libertadora preocupa-se em promover a conscientização do cidadão sobre sua condição social, sobre sua vida e de seus familiares no que diz respeito à estrutura da sociedade capitalista. Este pensamento se apresenta como uma alternativa política à educação tradicional, que Paulo Freire (2009) chamou de “educação bancária”, tendo como principal objetivo eliminar a “cultura do silêncio” e a alienação do educador.

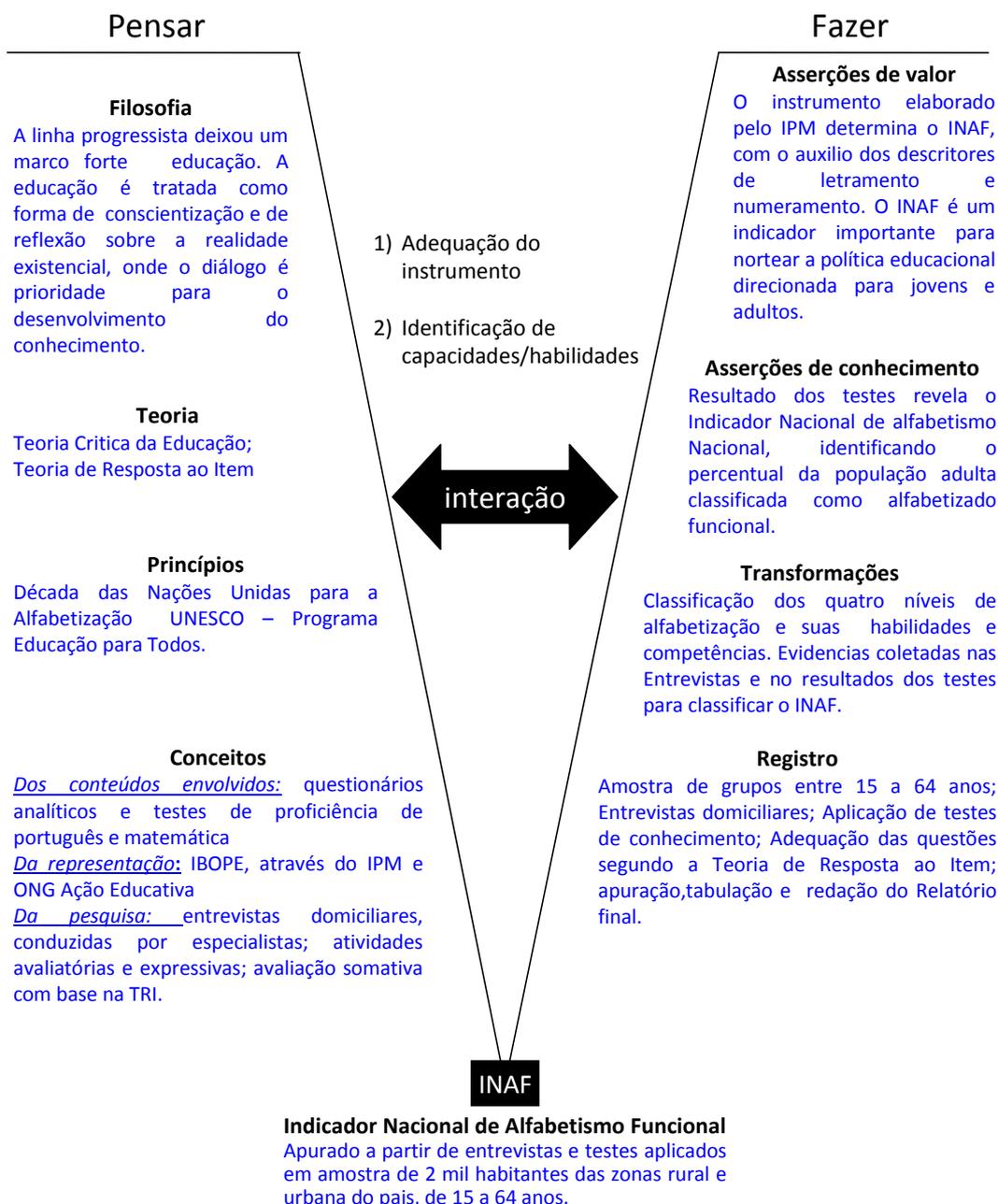


Figura 1: Diagrama de Gowin para análise do INAF.

Fonte: A autora (2010).

Teorias, princípios e conceitos-chave

O lado esquerdo do V diz respeito à parte teórica que embasa o evento, Teoria Crítica da Educação, cujo disseminador foi o educador Paulo Freire (2009) e Teoria da Resposta ao Item, adotada após a primeira meta-avaliação do INAF realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa, após cinco anos de realização da avaliação. As teorias são os referenciais em que a pesquisa está ancorada. O êxito do processo avaliativo está na contínua interação entre o lado direito e o esquerdo do V.

Os conceitos-chave estão divididos nos conceitos relativos aos conteúdos envolvidos, à representação e à pesquisa. Quanto aos conteúdos envolvidos, a análise é realizada com base nas questões elaboradas, de acordo com os descritores de letramento e numeramento e seus respectivos níveis de proficiência.

Quanto à representação, vale destacar que o crescente incentivo de instituições públicas e privadas para escolaridade na infância promoveu a redução do número de analfabetos absolutos. Outra forma de estímulo é a denúncia e constante fiscalização para erradicação do trabalho infantil, por parte de entidades de defesa da criança como a UNICEF e Fundação Abrinq, o que colabora para a manutenção da escolaridade e a diminuição do alfabetismo funcional na vida adulta.

Quanto ao levantamento de dados, os questionários foram aplicados de forma íntegra, ética e precisa. O estudo é conduzido com entrevistas domiciliares e testes práticos especialmente elaborados para esta finalidade. Um questionário detalhado avalia as características sócio-demográficas, o nível econômico e as práticas diárias dos entrevistados. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima é de dois pontos percentuais.

Após completar cinco anos de aplicação das avaliações, o INAF aperfeiçoou sua metodologia com a adoção da Teoria da Resposta ao Item. Desta forma, cada questão tem o grau de dificuldade definido antecipadamente e a pontuação varia de acordo com o grau de dificuldade das questões que foram respondidas corretamente.

A técnica da Teoria da Resposta ao Item confirmou os resultados obtidos nos levantamentos anteriores, quando se aplicava a Teoria Clássica, já que as variações foram praticamente nulas (Tabelas 1 e 2).

	Metodologia original				Metodologia TRI			
	2001	2003	2005	Média/ Período	2001	2003	2005	Média/ Período
Analfabeto	9	8	7	8	9	8	7	8
Rudimentar	31	30	30	30	31	31	29	30
Básico	33	37	38	36	33	37	38	36
Pleno	26	25	26	26	27	24	26	26

Tabela 1: Comparativo de metodologias – letramento: INAF / Brasil – Letramento (%).
Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

	Metodologia original			Metodologia TRI		
	2002	2004	Média/ Período	2002	2004	Média/ Período
Analfabeto	3	2	2	3	2	2
Rudimentar	33	29	31	33	29	31
Básico	44	46	45	43	47	45
Pleno	21	23	22	21	23	22

Tabela 2: Comparativo de metodologias – numeramento: INAF / Brasil – Numeramento (%).
Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2006).

O lado direito do v

Este lado diz respeito à parte metodológica, o modo pelo qual foi desenvolvido e apurado o Indicador.

Asserções de conhecimento

As asserções de conhecimento são os resultados apurados sobre a utilização da avaliação. É relevante a contribuição que o INAF proporciona ao sistema educacional brasileiro, fornecendo dados analíticos para o planejamento das ações de educação básica voltadas para a população jovem e adulta.

O INAF tem o caráter de complementar as avaliações escolares. Além de retratar as realidades educacionais das diferentes regiões brasileiras, o indicador consegue mostrar os resultados da educação escolar e continuada na população, fornecendo uma visão abrangente do problema. De acordo com o relatório, o INAF

Permite uma visão de como agem de forma integrada a expansão das oportunidades educacionais e a piora /melhora da qualidade de ensino. Abarcando o conjunto da população, o INAF é capaz de mostrar que pouco adianta uma escola de excelência que atenda a uma minoria; por outro lado, a massificação dos serviços escolares não pode se dar com o abandono da noção de qualidade. Uma nova qualidade precisa ser construída, considerando as demandas de uso da leitura, escrita e matemática não só para a continuidade dos estudos, mas para a inserção, de forma eficiente e autônoma, no mundo do trabalho e do exercício da cidadania (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2009, p. 15).

Asserções de valor

Com os resultados obtidos é possível mensurar a eficiência da avaliação e a assertividade da metodologia. A documentação gerada na apuração do INAF revela que este processo avaliativo vem evoluindo com suas aplicações e se adequando para obter resultados transparentes e íntegros sobre o índice de alfabetismo brasileiro.

O INAF produz um importante indicador, cujo maior valor é fornecer dados sobre a escolarização do brasileiro, os quais podem ser utilizados para nortear investimentos e diretrizes nas políticas públicas de educação de jovens adultos.

Transformações

Para desenvolver o indicador, o INAF classificou o alfabetismo em quatro níveis – analfabeto, alfabetizado, nível rudimentar, alfabetizado nível básico e alfabetizado nível pleno – que auxiliam na segmentação das habilidades e competências em letramento e numeramento.

As anotações do entrevistador, além dos resultados dos testes aplicados formam o conjunto da avaliação e classificação do respondente. Estes resultados são consolidados com base na análise dos descritores que escalam o nível da classificação.

Registros do evento

O INAF é registrado e consolidado através de entrevistas conduzidas e testes aplicados em domicílio. A amostra selecionada é de 2000 mil pessoas, de ambos os sexos, que estão fora da escola. As respostas são registradas no próprio instrumento de coleta e posteriormente tabuladas. O respondente pode assinalar a questão sozinho ou contar com o auxílio do entrevistador.

Avaliação do inaf através da lista de checagem

Os padrões identificados na lista de checagem foram avaliados se estavam contemplados, ou não, no INAF, visando validar todo o processo avaliativo, percorrendo as quatro categorias estabelecidas.

Em relação aos padrões de utilidade, a análise realizada mostra que cinco padrões foram atendidos plenamente e dois padrões (U6 e U7) foram atendidos parcialmente na avaliação do INAF.

A identificação dos interessados (padrão U1) é clara neste estudo avaliativo, pois os interessados no INAF são as entidades de educação e os responsáveis pelas diretrizes da política educacional brasileira, sobretudo o viés da educação de jovens e adultos.

A credibilidade do avaliador (padrão U2) é evidenciada através da reputação e respeitabilidade do IBOPE, como a maior empresa de pesquisa de mercado da América Latina, atuando há 68 anos. No caso da abrangência e seleção da informação (padrão U3), as amostras da população são selecionadas em todo o território nacional. O padrão U4- Identificação de Valores é atingido no momento em que há a identificação dos diferentes níveis de dificuldades nas questões dos testes de letramento e numeramento, para aplicação da Teoria de Resposta ao Item.

A clareza do relatório (padrão U5) é demonstrada através dos gráficos representativos do indicador e suas respectivas interpretações. O relatório do INAF traz ainda um comparativo entre regiões brasileiras, gênero e idade.

A agilidade na produção e disseminação do relatório da avaliação (padrão U6) é parcialmente contemplado na medida em que o indicador poderia ser mais explorado nos meios de comunicação de massa e seu resultado ganhasse notoriedade e com isso provocar o debate sobre o modelo da educação brasileira.

Da mesma forma, o padrão U7 - Impacto da Avaliação também é parcialmente atendido, pois os resultados do alfabetismo funcional no Brasil poderiam ser tratados com mais importância, propriedade e alarde, visando auxiliar e provocar a tomada de decisão sobre os rumos da educação brasileira de jovens e adultos. Possivelmente, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa pudessem divulgar resultados parciais, criar eventos específicos para a entrega dos resultados nas regiões abordadas pelo INAF e, assim, aumentar sua importância e gerar mais impacto com o resultado da avaliação. Desse modo, o padrão U6, que neste modelo não é atendido, seria contemplado por se empregar mais agilidade e capilaridade na disseminação do relatório.

Como resultado da análise do INAF, os padrões de Viabilidade, procedimentos práticos e custo-efetividade são atingidos plenamente. Os resultados do INAF demonstram que os procedimentos de coleta de informações não interferem no estudo e o custo-efetividade é suficientemente justificado devido à validade e finalidade da avaliação.

O INAF foi também avaliado com relação aos oito padrões de propriedade e cinco foram atendidos totalmente e um parcialmente, segundo as observações registradas.

Mensurar o índice de alfabetismo funcional da população brasileira provoca discussões em torno da educação de jovens e adultos e provê elementos para a tomada de decisão a respeito da qualidade do ensino, do tempo de permanência na escola, do conteúdo ensinado estar em linha com as questões do cotidiano, entre outros. Desta forma, o padrão orientação para o serviço é atendido plenamente quanto aos seus objetivos.

Como o processo avaliativo do INAF é uma iniciativa voluntária do Instituto Paulo Montenegro, os acordos formais são internos, entre os participantes envolvidos no processo, necessitando apenas da boa-vontade dos entrevistados em realizar os testes. O padrão P2 acordos formais, deste modo, foi atendido.

Os direitos dos indivíduos estão totalmente respeitados e protegidos nesta avaliação, pois os entrevistados ficam no anonimato, assim como as questões do teste não tem suas respostas publicadas. Os entrevistadores são preparados e experientes para lidar com pessoas simples e humildes das áreas rural e urbana. Do mesmo modo, as relações humanas também foram totalmente protegidas e consideradas no processo avaliativo.

O padrão avaliação completa e justa foi atendido, pois o modelo utilizado para apurar o indicador é revisado pelos realizadores com frequência estabelecida e conta com a ajuda de especialistas da área. A última mudança ocorrida – adoção da metodologia da Teoria TRI – é decorrente de uma avaliação geral de melhorias e aprimoramento do INAF.

A divulgação dos resultados do INAF poderia ser mais ampla, já que o indicador é reconhecido como referência pelo MEC e tem a capacidade de trazer a luz alguns enfoques da educação, menos abordados. O IBOPE/ Instituto Paulo Montenegro publica os resultados no site e disponibiliza a íntegra do relatório para especialistas. Além disso, a mídia nacional tem acesso às informações de forma passiva, por isso o destaque para os resultados depende diretamente da linha editorial do veículo e do espaço disponível na época, no noticiário.

Os padrões conflitos de interesse e responsabilidade fiscal não são padrões contemplados e pertinentes, já que não há um cliente direto contratante do serviço. O INAF é uma iniciativa sem fins lucrativos de duas instituições, o Instituto Paulo

Montenegro e a Ação Educativa, visando fomentar o debate público sobre o alfabetismo e os impactos sociais da educação.

Os 12 padrões de Precisão foram considerados atendidos na avaliação do INAF. A relevância e o mérito da apuração estão diretamente ligados aos padrões de precisão. Neste caso, a documentação do programa (padrão A1) foi produzida corretamente, pois o IBOPE-Instituto Paulo Montenegro conduz a metodologia da avaliação e aplica os testes, já a Ação Educativa controla toda a documentação, como relatórios, gráficos e tabelas, que ficam disponíveis para consulta no site do IBOPE.

Tanto a análise do contexto (padrão A2) quanto a descrição das finalidades e procedimentos explicitados (padrão A3) foram padrões presentes neste estudo de avaliação, pois as duas instituições envolvidas têm know how, equipe especializada, detalhamento e critério com o trabalho realizado. O reconhecimento da importância e da lisura deste indicador é o fato do MEC adotá-lo como indicador oficial do alfabetismo funcional.

As fontes confiáveis de informação (padrão A4) neste estudo são os próprios entrevistados, eleitos na amostragem. Pessoas que concordam em colaborar com a avaliação e, de certa forma se expõem, sem nenhum preconceito ou constrangimento, seu nível de instrução. Neste modelo de avaliação as fontes são extremamente confiáveis.

Para coleta dos dados é utilizada uma entrevista domiciliar, conduzida por um profissional treinado para aplicar os testes e questionários e nivelar o conhecimento do entrevistado. O resultado dos testes assegura a integridade do indicador e a validade da informação (padrão A5).

Os entrevistadores são capacitados para realizar procedimentos de coleta de forma confiável e sistematizada, atendendo ao padrão A6. O resultado dos testes é lançado no sistema de tabulação, o que garante a sistematização e a integridade e o arquivamento do registro, conforme prevê o padrão A7.

A análise da informação quantitativa e qualitativa (padrões A8 e A9) são adequadas e devidamente registradas, assegurando que as questões avaliativas sejam respondidas, ou seja, classificando o grau de alfabetismo da amostra identificada, escolhida para representar a população das áreas rural e urbana. Na metodologia aplicada a este processo avaliativo, a resposta dada a cada item tem valor diferenciado de acordo com o grau de dificuldade apresentado, denominado de Teoria de Resposta ao Item.

O padrão A10 aborda as conclusões justificadas. Ele determina que as conclusões obtidas em uma avaliação devem ser explicitadamente justificadas, a fim de que possam ser julgadas pelo interessados. Especialmente neste processo avaliativo, as conclusões são justificadas e explicitadas através dos resultados dos testes e da crítica dos questionários. A conclusão apenas classifica e percentualiza o INAF, a partir da apuração dos resultados.

Neste processo avaliativo não há espaço para tendenciosidade, já que o relatório é conclusivo com o apoio nos resultados mensurados nos testes. O questionário aplicado também aborda as inferências familiares, levantando a rotina em que se vive, a prática de leitura e de contato com textos nos diversos ambientes (igreja, trabalho, casa etc) bem como o julgamento que a pessoa tem sobre suas próprias capacidades. Para preenchimento desta parte do questionário, o entrevistador deve ter uma postura neutra, sem se deixar influenciar pelo contexto ou pela própria pessoa, mantendo a imparcialidade, conforme previsto para atingimento do padrão A11.

Esta avaliação possui as propriedades de ser formativa e somativa, fornecendo um indicador relevante para que os responsáveis pela condução da política educacional brasileira possam refletir e adotar novos rumos para estimular e ampliar o acesso à educação de jovens e adultos. A avaliação é uma atividade fundamental para ajustes e implementação de novos critérios e diretrizes neste processo avaliativo. A meta-avaliação (A12) foi plenamente atendida, já que o IBOPE realizou uma detalhada avaliação dos primeiros cinco anos de apuração do Indicador, o que resultou na adoção da nova metodologia - Teoria de Resposta ao Item - e na revisão de alguns modelos de questão para os testes.

Considerações e recomendações

Para encerrar este estudo foram analisadas e consideradas algumas variáveis do processo avaliativo, bem como a adoção de algumas recomendações, visando o aumento da assertividade do INAF.

Vale ressaltar que o analfabetismo funcional afeta, inclusive, as pessoas que cursaram o ensino médio e sendo assim passaram mais de nove anos na escola. A base da escolarização é fraca e insuficiente e isto forma um aluno pouco preparado, afetando o seu desempenho no mundo do trabalho. A articulação entre o saber e o fazer/realizar é constante, por isso o INAF tem papel relevante para fomentar o debate nacional a

respeito de soluções e propostas de educação para a massa analfabeta e para nivelamento e atualização daqueles que se autodeclaram alfabetizados, mas tem baixa compreensão da leitura, escrita e habilidade com números.

A metodologia do INAF faz parte dos procedimentos do sistema de avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, o qual é utilizado para acompanhar os jovens e adultos egressos dos cursos de alfabetização, para verificar a retenção e desenvolvimento de suas habilidades, além de efeitos sobre sua inserção profissional, social e cultural. Este fato reitera a importância e a reputação do indicador que atualmente é adotado como índice oficial da taxa de alfabetismo funcional do Brasil.

Em 2011, o INAF completa 10 anos apurando e classificando os níveis de alfabetismo da população brasileira e planeja lançar, na ocasião, mais uma coletânea de artigos explorando os inúmeros aspectos abordados pelos questionários e testes aplicados no período.

O estudo avaliativo do INAF apresentado foi baseado em dois instrumentos adotados, a lista de checagem, conforme as categorias e padrões fornecidos pelo Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) e o diagrama de Gowin (GOWIN; ALVAREZ, 2005), através da modelagem do V epistemológico. Os dois instrumentos tiveram importância fundamental para comprovar a assertividade do processo e assim responder as duas perguntas avaliativas relacionadas, de forma positiva.

Em resposta à primeira questão avaliativa, pode-se afirmar que o instrumento utilizado para apurar o INAF é adequado ao processo, já que considera níveis de proficiência, habilidades e competências específicas para cada segmento. Vale registrar que a abordagem do instrumento também leva em consideração a identificação de dificuldades que o entrevistado encontra para realizar tarefas do cotidiano, como ler uma receita, dar o troco ou encontrar uma informação em catálogo de endereços.

A segunda pergunta avaliativa investigou se o INAF abrange as principais capacidades/habilidades necessárias para determinar o alfabetismo funcional. É necessário evidenciar que a metodologia de coleta é baseada em amostras domiciliares, com o intuito de indagar sobre tarefas domésticas simples que compõem o currículo de alfabetizados, como, por exemplo, averiguar se o respondente lê com frequência mínima (folhetos, jornais, livros ou a Bíblia) e se esta publicação é própria ou emprestada. O êxito desta avaliação está diretamente ligado a experiência, habilidade e atitude do entrevistador no momento da coleta de informações.

O alfabetismo funcional afeta não só o sujeito que se torna dependente do auxílio de outros, ou vítima de seu próprio desconhecimento.

Desta forma, o INAF, através da publicação dos seus resultados, promove a oportunidade de ampliar a discussão sobre a educação de adultos. Além de despertar o assunto sobre medidas para minimizar os impactos do desconhecimento e da dificuldade de se posicionar na sociedade, já que o entendimento das pessoas sobre o processo de alfabetização é se ele existe ou não, não considerando que o processo pode ter acontecido de forma deficiente.

Com relação à divulgação dos resultados do indicador, fica a recomendação de que o Instituto Paulo Montenegro, juntamente com o IBOPE e a Ação Educativa deveriam abranger todos os canais de comunicação pertinentes ao assunto. A mídia é uma ferramenta forte e ágil para despertar a reação dos políticos, a fim de rever os investimentos e projetos para a educação de base. Vale a iniciativa.

Referências

ARAGAKI, B. Brasil tem segundo maior índice de analfabetismo da América do Sul. UOL Educação, [S. l.], 28 set. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5900.jhtm>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

ELLIOT, L. G. A avaliação em concursos públicos para a Universidade: questão de critérios e procedimentos. Advir, Rio de Janeiro, n. 8, p. 63-69, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GOWIN, D. B.; ALVAREZ, M. C. The art of educating with V diagrams. New York: Cambridge University Press, 2005.

IBGE. Censo 2000: questionários. Rio de Janeiro, [2000]. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtm>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. INAF Brasil 2009: indicador de alfabetismo funcional: principais resultados. São Paulo, 2009.

_____. Relatório INAF: um balanço dos resultados de 2001 a 2005. São Paulo, 2006.

WORTHEN, B. R.; SANDERS J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

Recebido em: 24/01/2011

Aceito para publicação em: 25/03/2011